

Carlos A. Hasenbalg*

X Encontro Anual da ANPOCS

GT Temas e Problemas da População Negra do Brasil

F247

Gostaria de começar este trabalho valendo-me de duas citações: "Um ônibus urbano é parado por policiais para uma checagem rotineira de documentos; mas as únicas pessoas requisitadas a mostrar suas identificações são cinco jovens negros. Uma bonita secretária mulata tenta entrar num restaurante caro, mas é barrada na porta com a alegação de que todas as mesas estão tomadas. Os residentes do exclusivo bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, reclamam quando uma nova linha de ônibus traz negros pobres para compartilharem de suas praias. Chovem protestos quando um homem branco se apaixona por uma mulher negra — e a beija — numa novela de televisão". "A questão racial é um dado da realidade e precisa ser enfrentada. A melhor maneira de fazê-lo ninguém sabe direito. Esta é uma daquelas guerras cujos caminhos de saída são encontrados no desenrolar de cada batalha. Uma prova de que, no Brasil, este problema exige atenção pode ser verificada até num detalhe do cotidiano. Nos restaurantes mais caros da África do Sul, todos os fregueses são brancos e os empregados são pretos. Nos restaurantes mais sofisticados do Brasil, todos os frequentadores são brancos e os empregados também".

As citações não foram escolhidas por acaso. A primeira delas abre uma matéria sobre a situação do racismo no Brasil, publicada na revista Senhor (20-05-86, transcrita do jornal inglês The Economist) e a segunda fecha uma reportagem da revista Veja (28-05-86) sobre a eleição da primeira Miss Brasil negra.

Estas mesmas citações insinuam alguns pontos. Em primeiro lugar, o destaque para o papel desempenhado pela imprensa como um dos poucos âmbitos públicos em que, mesmo esporadicamente, o problema do racismo e a questão racial ^{são} tratados de maneira realista e não ambígua.

Segundo, a reportagem do The Economist alerta para o fato de que aos estrangeiros que visitam ou permanecem algum tempo no Brasil não passa despercebida a contradição existente entre a imagem que o Brasil transmite para o exterior em termos de relações entre grupos raciais e a efe

tiva situação sócio-econômica e o tratamento recebido pela população negra brasileira.

O terceiro ponto diz respeito à pouca legitimidade das demandas do negro e a baixa visibilidade da questão racial e do próprio negro na estrutura da sociedade brasileira e seus centros de decisão. Dois acontecimentos do passado recente permitem ilustrar este ponto.

No dia 13 de maio de 1984 o Ministério da Justiça criou uma comissão que deveria editar em 1988 cinco livros sobre o centenário da abolição. A comissão, presidida pelo príncipe dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança foi composta por dez pessoas, todas brancas. A propósito deste caso, o New York Times (30-11-84) comentou ironicamente: "Houve certamente acusações de racismo pela não inclusão de um negro, o que estimulou o secretário da comissão, Hamilton de Mattos Monteiro, a procurar por um negro com doutorado em história e especialização em escravidão no Brasil — qualificações que não são possuídas pelos outros membros da comissão".

O outro acontecimento significativo tem a ver com o processo de gestação da Comissão Provisória de Estudos Constituintes. A partir de uma reunião tida com lideranças negras em Uberlândia, no segundo semestre de 1984, o falecido Presidente Tancredo Neves cogitou o nome de três pessoas negras para integrar a comissão. Quando a lista de componentes da comissão foi inicialmente anunciada em 1985, ela não contemplava os três nomes sugeridos por Tancredo Neves. Houve imediatamente protestos de associações e grupos negros que levaram à inclusão do Professor Helio Santos como o único componente negro da comissão. Mesmo que a Comissão Arinos não tenha sido criada com o intuito de formar um corte representativo da sociedade brasileira, a presença nela de apenas um negro é indicativa da medida em que os 44% de população preta e parda do país estão excluídos dos setores sociais de onde os membros da comissão foram recrutados.¹

Como outros países das Américas que passaram pela experiência da escravidão, o Brasil teve que lidar depois da abolição com o "problema" posto pelos ex-escravos e descendentes de africanos. A solução adotada pela nação para este "problema" fornece a chave para o entendimento das relações raciais no Brasil republicano. Esta solução não implicou em um sistema de segregação racial semelhante ao dos Estados Unidos, mas no

branqueamento e na integração simbólica dos brasileiros não-brancos a través da idéia de democracia racial.

No pensamento de muitos intelectuais e políticos dos anos finais do Império e primeiras décadas republicanas, a solução harmoniosa para o problema racial do país envolvia a desapareição gradual dos negros pela via de sua absorção na população branca. As suposições recistas subjacentes a esta solução eram a superioridade branca e o predomínio dos genes brancos, o que levaria a eventual eliminação dos não-brancos. A posterior erosão da legitimidade intelectual do ideal de embranquecimento não evitou que esse ideal criasse raízes fundas no grupo cuja desapareição era esperada, levando tendencialmente o próprio negro a sua auto-negação.

Abusando do que alguém chamou de vício comparativo (no caso, comparações com os Estados Unidos) outros setores da elite brasileira foram amadurecendo o que é tido como o mito da democracia racial. A noção de democracia racial é uma poderosa construção ideológica cujo principal efeito tem sido o de manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade racial. Dois resultados práticos da aceitação monolítica pelo grupo branco da mitologia racial brasileira são dignos de atenção. Primeiro, uma vez que a idéia de democracia racial e seus corolários — ausência de preconceito e discriminação racial — são aceitos, manifestações de preconceito contra os negros são atribuídas a diferenças de classe mais do que de raça. Consequentemente, as desigualdades entre brancos e negros não são percebidas como relacionadas a considerações raciais, mas vistas como resultado de fatores de classe. Segundo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se ver como eximidos de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros e mestiços. Isto último redundava no que Florestan Fernandes descreveu como isolamento político do negro.

Quais são os resultados de quase cem anos de práticas de democracia racial?

Podem ser consideradas algumas dimensões distributivas da sociedade brasileira, começando com o acesso à educação formal. O acesso à educação é fundamental para os não-brancos (pretos e pardos) porque é praticamente o único caminho aberto para a obtenção de posições sociais

mais elevadas (apesar de que os retornos dos investimentos em educação são menores para os não-brancos do que para os brancos). Apesar da educação pública gratuita e obrigatória extender-se até a oitava série do primeiro grau, em 1976 a média de anos de instrução era de 4,5 para brancos e 2,9 para não-brancos. Segundo o censo demográfico de 1980, a proporção de pessoas com menos de um ano de instrução era de 25% para os brancos e 48% para os não-brancos. No outro extremo da hierarquia educacional, também em 1980, o grupo branco tinha 2,5 mais oportunidades do que o grupo não-branco completar entre 9 e 11 anos de estudo e seis vezes mais chances de obter 12 ou mais anos de escolaridade.

A participação dos dois grupos raciais na estrutura ocupacional também indica acentuadas desigualdades raciais. Em 1980, 24,8% de brancos economicamente ativos e 9,5% de não-brancos estavam empregados em ocupações não-manuais. A isto soma-se a concentração desproporcional de não-brancos nos setores que absorvem mão-de-obra pouco qualificada e mal remunerada. Assim, 49,9% de não-brancos e só 32,2% de brancos encontravam-se empregados na agropecuária e no setor de prestação de serviços.

Por sua vez, as desigualdades raciais na educação e nas oportunidades de emprego tem fortes efeitos sobre a distribuição de renda. Em 1976 os homens brancos na força de trabalho tinham uma renda média mensal de Cr\$40.716, ligeiramente superior a duas vezes a dos homens não-brancos, cuja média era Cr\$19.368. Estimativas derivadas do censo de 1980 indicam que as pessoas brancas com algum rendimento recebiam uma média de 3,7 salários mínimos, enquanto a média dos não-brancos era de 1,8 salários mínimos.

Tem sido argumentado que a posição inferior dos negros no Brasil contemporâneo se deve aos diferentes pontos de partida de brancos e negros no momento da abolição da escravidão. Porém, o poder explicativo da escravidão como causa da subordinação social de negros e mestiços de cresce ao longo do tempo. A assertiva de que as desigualdades raciais contemporâneas estão ligadas residualmente ao legado da escravidão se deve a continuada operação de princípios racistas de seleção social. Estudos recentes de mobilidade social de brancos e não-brancos indicam claramente que os dois grupos enfrentam diferentes estruturas de oportunidades sociais.²

Práticas discriminatórias e a violência simbólica inerente a uma cultura racista tem limitado as oportunidades educacionais disponíveis

para os não-brancos muito mais do que para os brancos da mesma origem social. Por sua vez, as realizações educacionais dos não-brancos são traduzidas em ganhos ocupacionais e de renda proporcionalmente menores que os brancos. Dada esta situação, pode-se concluir que não será através do processo de mobilidade social individual que o Brasil irá se aproximar de uma situação de maior igualdade entre grupos raciais.

A persistência das desigualdades raciais, associada à independência dos países africanos de língua portuguesa e ao projeto de abertura política formulado a partir das eleições de 1974 criaram as condições para a reativação de movimentos negros de cunho político e ideológico. Ao longo dos últimos dez anos esses movimentos foram elaborando uma agenda de demandas, denúncias e reivindicações. Os pontos principais dessa agenda são os que seguem:

Racismo

- Contra a discriminação racial e a marginalização do negro (aponta-se frequentemente para o fato do negro constituir maioria nos presídios e hospícios e entre analfabetos, desempregados, subempregados, favelados e menores abandonados).
- Por uma presença significativa do negro nas áreas importantes de decisão do país.
- Pela reformulação da lei Afonso Arinos ou a criação de nova legislação de proteção à comunidade negra, apontando como crimes os casos de discriminação racial e estabelecendo indenização por danos e perdas aos discriminados.
- Contra a violência e repressão policial nos locais populares de moradia e lazer, que atingem principalmente ao cidadão negro (a violência policial é vista como forma de impor uma submissão psicológica através do medo; tendo em vista a lei da vadiagem, é feita uma analogia entre a carteira de trabalho assinada e a "lei do passe" na África do Sul: os negros são proibidos de estarem desempregados e simultaneamente forçados a situações de desemprego).

Cultura Negra

- Pela valorização da cultura negra e o combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção (a produção cultural do negro é vista num duplo sentido: (a) como instrumento de resistência cultural e (b) como suscetível de cooptação através da comercialização imposta pelas indústrias cultural e turística e pela utilização dos bens culturais da população negra para alimentar a imagem da democracia racial).
- Pela liberdade de expressão e prática das religiões afro-brasileiras e defesa dos centros de resistência cultural.
- Garantir a participação nos meios de comunicação estatais ou sob influência do Estado, para a comunidade negra veicular seus valores culturais e humanos, sua auto-imagem, de forma a compensar as distorções de que é vítima nos meios de comunicação privados.

- preservação e eventual tombamento dos sítios e monumentos históricos negros.
- Oficialização do 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra no calendário cívico brasileiro.

Educação

- Contra a discriminação racial e a veiculação de idéias racistas nas escolas.
- Por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra.
- Reformulação dos currículos escolares visando à valorização do papel do negro na história do Brasil e a introdução de matérias como história da África e línguas africanas.
- Pela participação dos negros na elaboração dos currículos em todos os níveis e órgãos escolares.
- Contra uma educação que leva o negro que ascende socialmente a negar seus valores étnicos e culturais e pela adequação entre os valores transmitidos pelo ensino e os vividos pela comunidade.

Trabalho

As reivindicações relativas ao mercado de trabalho partem das constatações de que: (a) os negros se concentram nos trabalhos mais desvalorizados, que não exigem especializações, (b) a mulher negra está ligada a ocupações associadas a atividades domésticas e a ocupações gradativamente abandonadas por homens e mulheres brancos, e (c) que o negro ganha menos que o branco em todas as categorias ocupacionais.

- Por mais e melhores empregos para os negros.
- Contra o desemprego.
- Contra a divisão racial do trabalho.
- Contra a perseguição racial e o racismo na seleção de pessoal para as empresas.
- Pela eliminação do requisito "boa aparência" para a admissão em empregos.
- Reconhecimento da profissão e garantia das leis trabalhistas para as empregadas domésticas.
- Que negros e brancos recebam salários iguais nas mesmas ocupações.

Mulher Negra

- Contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra.
- Pela valorização do papel da mulher negra na sociedade e na história do Brasil.
- Por maior amparo e orientação à mãe solteira.

Política Internacional

- Pelo rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul.
- Pelo reconhecimento do ANC como legítimo representante do povo sul-africano.
- Possibilitar à comunidade negra um maior intercâmbio técnico e cultural com a África e a América Latina.
- Contra o oportunismo do governo brasileiro nas afirmações de identi-

dade com os países africanos para a obtenção de vantagens nas relações comerciais.

Outras Reivindicações

- Contra a discriminação racial nas prisões e as condições sub-humanas de vida dos presidiários; contra as torturas e a exploração do trabalho do presidiário.
- Contra a violência ao menor abandonado e por melhores condições de recolhimento.
- Contra a inclusão de questões específicas do povo negro nos programas dos partidos políticos, sem nenhuma consulta aos movimentos negros organizados.

A primeira vista, a impressão que se tem é de que essa pauta de demandas e reivindicações transita quase que exclusivamente no circuito reduzido de militantes do movimento negro. Os obstáculos a uma divulgação maior dessas demandas são de caráter basicamente ideológico: a incorporação global desses temas no espaço do debate público redundaria no desmantelamento dos pressupostos da "democracia racial" e a consequente ameaça ao valor sacralizado de integração e unidade nacional. Nesse sentido, a idéia de que o movimento negro apenas se interpela a si mesmo deve ser relativizada lembrando que esse movimento fala para uma sociedade que é surda.

Não obstante isso, alguns temas afloram circunstancialmente. É o caso dos partidos políticos de oposição que a partir de 1978 tem incorporado nos seus programas algum ponto sobre o negro e a discriminação racial, bem como a aproximação aos movimentos negros por parte de partidos e candidatos em períodos de campanha eleitoral. Além disso, a partir das eleições diretas para governadores, passando pela inauguração da Nova República, alguns espaços políticos foram conquistados ou concedidos: a criação de uma assessoria para assuntos culturais afro-brasileiros no Ministério da Cultura e do Memorial Zumbi, vinculado à Fundação próMemória, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra estabelecido pelo governo Montoro em São Paulo, a nomeação de alguns secretários de estado negros no Rio de Janeiro e Espírito Santo e tímidos ensaios de algumas secretarias municipais de educação para implementar o projeto Zumbi dos Palmares. Contudo a nomeação de uns poucos negros para posições secundárias de poder não parece ser um fator determinante de mudança nas relações de dominação racial. Neste sentido, os resultados da tradicional comparação podem ser invertidos: no que se refere à participação do negro na estrutura formal de poder o Brasil está algumas décadas atrasado com relação

aos Estados Unidos.

Se os resultados do jogo de pressões de baixo para cima tem sido magros, a veiculação de cima para baixo das demandas contra o racismo tem encontrado sérios obstáculos. Independentemente de avaliações sobre a eficiência organizativa dos movimentos negros, há que considerar, em primeiro lugar, que a população negra das camadas populares também tem sido socializada em boa medida nas idealizações da "democracia racial". Além disso, a própria palavra negro, que qualifica os movimentos, ainda não foi expurgada de suas conotações negativas e eventualmente ofensivas na sua acepção popular. Em segundo lugar, deve ser levada em conta a dificuldade de trabalhar em contextos sociais onde está presente uma população racialmente heterogênea. A ausência de verdadeiros guetos raciais problematiza a transmissão de apelos dirigidos exclusivamente ao grupo negro. Finalmente, pouco se sabe sobre como se pensam a si mesmas as pessoas negras ou não-brancas das camadas populares, mas é plausível pensar que elas se valham de identidades sociais alternativas (pobres, favelados, paraibas, nordestinos, etc.) e eventualmente mais atraentes que a de negro.

NOTAS

* Agradeço a Denise Ferreira da Silva pela organização do material relativo às reivindicações dos movimentos negros e a Caetana Damaseno e Carlos Alberto Medeiros pelas valiosas sugestões e comentários.

1. É de conhecimento público a presença numérica majoritária na comissão de juristas, profissionais e especialistas de outras áreas e empresários.

2. Ver Nelson do Valle Silva, "Cor e o Processo de Realização Sócio - Econômica", DADOS, vol. 24, nº 2, 1981; Carlos A. Hasenbalg, "Race and Socioeconomic Inequalities in Brazil", in Pierre-Michel Fontaine (ed.), Race, Class and Power in Brazil, Center for Afro-American Studies, University of California, Los Angeles, 1985, cap. 3; e Lúcia Elena G. de Oliveira et al., O Lugar do Negro na Força de Trabalho, Rio de Janeiro, IBGE, 1983.